

ÁREA 5: ESTADOS E NAÇÕES: ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORANÊO

O DESENVOLVIMENTO E A QUALIDADE DE VIDA E A IMPORTÂNCIA PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marinara Ferreira Calisto ¹
Zina Angélica Cáceres Benavides ²
Aniram Lins Cavalcante ³

RESUMO

Esta pesquisa trata das questões relacionadas à Qualidade de Vida (QV), sendo que o objetivo é analisar os aspectos conceituais do tema, relacionando com a questão do desenvolvimento e as políticas públicas. Ao reporta-se ao contexto histórico percebe-se que até a década de 80 o único parâmetro para avaliar a QV e desenvolvimento da sociedade era o PIB, porém nas últimas décadas o debate tem se intensificado, seja entre os órgãos oficiais internacionais e nacionais sobre o grau de representatividade do indicador do PIB, surgindo questões de como mensurar e incorporar o grau de desenvolvimento social, a equidade social e os aspectos ambientais, para serem considerados no modelo de desenvolvimento econômico. O debate tem guiado à construção de novos indicadores como IDH, índice da felicidade e mesmo o de QV. Deste último indicador a conceição sobre o desenvolvimento ganha novas dimensões, ou seja incluem-se aspectos sociais econômicos e ambientais, e exige uma abordagem multidimensional e até mais complexa do que a mensuração do IDH. A construção e mensuração do índice da QV revela aspectos sociais e ambientais cruciais que aportam além do debate sobre qual é seria o modelo de desenvolvimento que promoveria a qualidade de vida, por outro lado a discussão subsidiaria na formulação e decisões e adoção de políticas públicas, para melhorar os níveis de vida de uma sociedade.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida, IDH, Desenvolvimento

DEVELOPMENT AND A QUALITY OF LIFE AND AN IMPORTANCE FOR THE FORMULATION OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT

This research deals with issues related to Quality of Life (QL), and the objective is to analyze the conceptual aspects of the theme, relating to the issue of development and public policies. The historical context shows that until the 1980s the only parameter to assess the QoL and the development of society was GDP, but in the last decades the debate has intensified, be it between the international and national official bodies on The degree of representativeness of the GDP indicator, raising questions about how to measure and incorporate the degree of social development, social equity and environmental aspects, to be considered in the model of economic development. The debate has guided the construction of new indicators such as HDI, happiness index and even QoL.

¹ Administradora pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC e mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: marinaracalisto@yahoo.com.br. Endereço: Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, Campus Sonae Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, km 16, bairro Salobrinho, CEP: 45662-900, Ilhéus-Bahia.

² Professora adjunta do Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas PERPP e do Departamento de Ciências Econômicas DCEC da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC.

³ Professora visitante do Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas PERPP do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC.

From this last indicator, the conception about development gains new dimensions, that is, include economic and environmental social aspects, and requires a multidimensional and even more complex approach than measuring the HDI. The construction and measurement of the QoL index reveals crucial social and environmental aspects that contribute in addition to the debate about what would be the development model that would promote the quality of life, on the other hand the subsidiary discussion in the formulation and decisions and adoption of public policies, To improve the living standards of a society.

Keywords: Quality of Life; HDI; Development

1. INTRODUÇÃO

Até a década de 80 o critério fundamental para mensurar o desenvolvimento de uma sociedade era através da variável PIB, porém este ficou limitado, pois não permitia observar qual era o grau de desenvolvimento social, isto é, abordar as questões de equidade, justiça social e melhorias nas condições de vida da população, o que possibilitaria constatar um extraordinário aumento da pobreza e desigualdade das sociedades (FEU, 2005).

Segundo Bache (2012) devido ao contexto de grandes desigualdades econômicas e sociais nas agendas políticas a nível internacional das décadas de 60 e 70 abriu-se um novo espaço de debate sobre a categoria e mensuração da qualidade de vida, principalmente devido ao avanço do movimento ambientalista motivado pela escassez relativa aos recursos naturais, devido as consequências da industrialização. Dessa forma, começa a se discutir sobre os conceitos de desenvolvimento e progresso.

Dessa forma, nas últimas décadas, as metas sobre o desenvolvimento da sociedade evoluíram, surgindo um frutífero debate sobre novos indicadores para representar o patamar de desenvolvimento atingido, em termos de: bem-estar, bem-estar subjetivo e qualidade de vida. Tais indicadores são utilizados para estudar e mensurar os problemas sociais, econômicos e ambientais, o que amplia a noção de desenvolvimento, a qual serve de subsídio para a tomada de decisões sobre as políticas.

Assim, o presente artigo visa estudar a evolução dos conceitos do bem-estar e da qualidade de vida, relacionado com o debate sobre a mensuração do desenvolvimento econômico, no intuito de contribuir para as questões sobre a formulação de políticas públicas, que visem intervir na melhoria das condições de vida de uma sociedade.

2. A NOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

As desigualdades de acesso à riqueza e as condições precárias de vida são características inerentes da evolução da sociedade capitalista. No entanto, através da fase industrial do capital, o crescimento

acelerado e o capital global intensificaram essa desigualdade, pois estes elementos mudaram a forma de organização da sociedade e seus respectivos padrões de vida. Assim, enquanto a geração de riqueza aumentava, acentuava-se a pobreza e as também desigualdades, comprometendo assim a qualidade de vida das pessoas.

Torna-se importante observar que o único parâmetro até a década de 80 para avaliar bem estar e desenvolvimento de uma sociedade era o PIB, ou seja, o crescimento econômico, porém este mostrou-se limitado, pois não conseguia observar as questões sociais, pelo contrário o que se observava era um aumento da riqueza acompanhado da pobreza e desigualdades. Dessa forma, começa a se observar que crescimento econômico não era garantia de desenvolvimento e nem melhoria dos níveis de vida, tal como aponta Furtado (1983) ao distinguir os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento. Este autor aborda que o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, e a supera, pois aborda fatores como a diversidade das formas sociais e deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade, enquanto, o crescimento deve ser reservado para exprimir apenas a expansão da produção real no conjunto econômico.

Nesse sentido, é possível inferir que o crescimento econômico não necessariamente seja capaz de garantir o desenvolvimento, ou seja, pode existir crescimento econômico sem que haja uma melhora na qualidade de vida da população.

Uma nova visão sobre desenvolvimento das sociedades foi proposta por Sen (2000) e marcou uma mudança de paradigma na mensuração do bem estar e da qualidade de vida. Essa visão abordava que mercadorias e renda representam a base material do bem-estar das sociedades, mas dependem das circunstâncias pessoais e sociais. Deste modo, Sen argumenta que a ideia de desenvolvimento se refere ao alargamento das capacidades humanas, que é um tipo de liberdade, isto é, a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos, ou seja, não existe um padrão dominante e/ou homogêneo de capacidade ou liberdade).

Souza et al (2014) observa uma relação entre o conceito de desenvolvimento baseado na visão de Sen, com o de Celso Furtado, o qual afirmava que o desenvolvimento está diretamente relacionado com a questão das realizações das potencialidades humanas, ou seja, o desenvolvimento ocorre quando o indivíduo expandi sua capacidade criativa nas técnicas produtivas e na formulação de valores existenciais, essa expansão conduzirá um autoconhecimento, o qual trará consequências tanto no aspecto material como no subjetivo. O que se observa entre esses dois conceitos, seja no aspecto da expansão das potencialidades desenvolvidas por Furtado ou nas Capacidades por Sen, é que a base do conceito de desenvolvimento é a dimensão humana e social.

Além disso, Crocker (1993) aponta que Sen em conjunto com Nussbaum estão elaborando uma estrutura normativa para compreender o desenvolvimento, de um ponto de vista mais moral do

que com foco na utilidade, bens primários ou necessidades humanas. Essa concepção tem como base a filosofia da tradição aristotélica/marxista e da concepção da existência e do florescimento humano.

Esses dois teóricos procuraram discutir os problemas sociais que emergem do desenvolvimento, principalmente o econômico. Dessa forma, a primeira contribuição deles foi sobre o conceito de desenvolvimento, que critica as teorias fundamentadas nos aspectos valorativos do crescimento do PIB per capita, pois segundo eles essas são somente meios, e para a compreensão de outros assuntos diversos não são muito adequados. Esses assuntos diversos referem-se ao "bem-estar", à "qualidade de vida" e ao "padrão de vida". Por isso, os autores definem o seguinte conceito para o desenvolvimento:

O desenvolvimento tem por objetivo último melhorar os tipos de vida que seres humanos estão vivendo. Tanto em teoria quanto na prática, em consequência, o desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que seres humanos podem e devem ser e fazer. Sen e Nussbaum empregam o termo "efetividades" ("functionings") para designar esses modos de ser e atividades. O que é, então, o desenvolvimento? Eles respondem: a promoção de certas efetividades humanas e a expansão das capacidades humanas de efetivar essas formas de existência e de atividade (CROCKER, p.3).

A capacidade discutida representa a habilidade ou potencial para adquirir certa efetividade ou funcionamento, isto é, o que o indivíduo consegue fazer com os bens que estão disponíveis e a “capacidade como as oportunidades reais, as possíveis efetividades valiosas ou as liberdades efetivas de realizar”.

Sendo assim, as capacidades e efetividades não estariam determinadas à inserção em processos sociais, econômicos e políticos, pois colocam as capacidades e efetividades em um contexto mais amplo, dependente de uma escolha pessoal e particular (NUSSBAUN; SEN, 1993).

Assim segundo visão desses autores, duas categorias de análise surgiram para identificar a questão do desenvolvimento, dessa forma, pode-se avaliar o desenvolvimento da sociedade e consequentemente, a qualidade de vida por meio dessas categorias, sendo os termos de capacitação necessária para alcançar as funcionalidades, sejam estas básicas (saúde, educação, segurança, etc.) ou em termos de autorrespeito e integração social (participar da vida em comunidade). Nesse sentido, cabe analisar as diretrizes políticas e sociais quando existem privações dessas capacidades (SEN, 2000).

Dessa forma, a noção de desenvolvimento não é estática, mas sim histórica e cultural. Atualmente a principal referência para analisar o desenvolvimento e qualidade de vida é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que surgiu devido a limitação do PIB em avaliar as questões sociais, esse índice agrega em sua estrutura não somente a questão econômica (renda) como os aspectos referentes a longevidade e educação, porém, esse apesar de ser um avanço em relação ao PIB ainda é limitado para analisar a QV, pois esta ao integrar a evolução da noção de desenvolvimento

e suas respectivas variáveis conduz a uma abordagem multidimensional complexa e também subjetiva, tal qual aponta Moreira (2004) ao afirmar que o conceito de qualidade de vida apresenta-se relacionando tanto aos aspectos quantitativos quanto a percepções subjetivas.

Esta maneira de definir a QV não sobrepõe os importantes aspectos quantitativos (renda, moradia, nível de instrução), mas amplia a noção considerando os fatores subjetivos. Esta abrangência inclui a percepção do que cada um considera como melhor ou pior. Tal subjetividade está atrelada a aspectos concretos como a condição social de cada cidadão e o nível de desenvolvimento de cada sociedade.

A partir desse enfoque no conceito sobre desenvolvimento torna-se nítido como a qualidade de vida é parte integrante desse conceito, assim, o próximo tópico tem como foco analisar a evolução do conceito da QV.

3. QUALIDADE DE VIDA- RECONSTRUINDO UM CONCEITO

Segundo Guimarães (2005), desde os períodos mais antigos da história a qualidade de vida tem chamado atenção, como é possível ver em passagens bíblicas e períodos da Grécia antiga, nos diversos relatos históricos de Platão e Plínio, por exemplo. No entanto, o cuidado acerca da qualidade de vida e meio ambiente emergiu com maior intensidade em meados do século XIX, devido as consequências iniciais da Revolução Industrial.

Esse período de efervescência da indústria trouxe um cenário de pobreza, desigualdade social e econômica, péssimas condições de trabalho, altos índices de mortalidade infantil, concentração demográficas nos centros urbanos, degradação do meio ambiente, entre outros agravantes. Dessa forma, nos anos 1800 diante de tal cenário, começaram a surgir políticas e ações de forma internacional, que visasse melhorar a qualidade de vida da população (GUIMARÃES, 2005), amenizando as problemáticas agravadas pela Revolução Industrial.

No entanto, a o termo qualidade de vida é recente nas ciências sociais, pois esse deriva de outros dois conceitos: bem-estar e bem-estar social, a QV é uma expressão mais atual adotada a partir dos anos 60. Dessa forma, torna-se importante analisar essa reconstrução conceitual, porém para essa reconstrução é necessário analisar inicialmente o que é um bem segundo algumas correntes de pensamento, já que este vai nortear a formulação do conceito de bem-estar e posteriormente, qualidade de vida (NOGUEIRA, 2002).

Nesse sentido, os estudos da Ciência Política de Aristóteles propõe o bem como inseparável do ser, e ainda de caráter relativo em relação à sociedade. Segundo o filósofo, “está claro que o bem não pode ser algo único e universalmente presente, pois se assim fosse não poderia ser predicado em todas as categorias, mas somente numa” (ARISTÓTELES, 1991). Outro aspecto é o relacional, isto é,

o bem existe em relação ao ser da sociedade, “se existe uma finalidade para tudo que fazemos, essa será o bem realizável mediante a ação; e, se há mais de uma, serão os bens realizáveis através dela”. Isso representa uma ideia mais terrena ou pragmática na concepção do que é o bem, na ação, no agir, isto é, vinculado a função bem desempenhada. Assim, o bem, no discernimento aristotélico, vincula-se à virtude e ao caráter do homem que o leva a fazer o bem, sendo a maior das virtudes a justiça. As normas da sociedade que preservam a justiça tendem a se associar a ações que perseguem o bem comum (ARISTÓTELES, 1991).

Existem quatro correntes de pensamento sobre a noção de bem, segundo Nogueira (2002), e apresentam relação com o bem-estar: a utilitarista, focalizada em bens e serviços; a das necessidades básicas das capacidades e efetividades humanas, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Noção de bem

Corrente	Noção de Bem	Pensadores
Utilitarista	Bens e Serviços	J. Bentham e John Stuart Mill
Teoria da Justiça e Equidade	Direitos e liberdades	John Rawls
Capacidades	Amplitude da liberdade	Amrtya Sen
Efetividades	As funcionalidades do ser	Nussman & Sen

Fonte: Elaboração própria

A visão utilitarista foi derivada de uma escola filosófica nascida no século XVIII, e desenvolvida por dois economistas ingleses Jeremy Bentham e John Stuart Mill, que abordavam que o bem é o que é útil. Essa perspectiva influenciou o Estado do Bem-Estar, que compreende de 1945 a 1975, momento histórico no qual foram desenvolvidas políticas sociais as quais se regiam pelos direitos da cidadania e pela democratização de bens e serviços em caráter coletivo (PEREIRA, 2010). Nesse período, as políticas sociais desenvolvidas eram baseadas em termos de “felicidade”, “bem-estar” e “qualidade de vida”.

Crocker (1993) aponta que na época associava o bem com a concepção de bens e mercadorias, a qual se encontra relacionada ao período do pós-guerra, momento no qual os economistas e os praticantes do desenvolvimento avaliavam o bem-estar e o desenvolvimento inicialmente pelas categorias de Renda, PIB e o crescimento econômico (bens e serviços). Isso implicava na hipótese de que a acumulação de bens e serviços poderia em consequência aumentar o bem estar da sociedade.

A perspectiva focalizada em bens, logo foi criticada e discutida pelo filósofo norte americano John Rawls (1920-2002), um dos principais teóricos da democracia liberal que 1971 mostrou uma outra vertente no campo ético, ao publicar sua Teoria da Justiça, ele apontava que existia uma diversidade de ideias sobre o que é bem nas atuais sociedades democrática, e que bem-estar individual partia da premissa do conceito de “bens primários sociais”, os quais são um conjunto de aspectos

como: direitos e liberdades, prerrogativas e oportunidades, renda e riqueza, autorrespeito, o tempo de lazer e ausência de dor física. Por conseguinte, esse conjunto de bens se tornaria desejáveis para qualquer cidadão.

Outras contribuições são desenvolvidas pela filósofa Martha Nussbaum e a economista Amartya Sen (1993) que reconhecem que o desenvolvimento não ocorre sem a prosperidade material e que o indivíduo necessita de bens para ter uma boa vida. Abstraindo-se da questão materialista do consumo, esses autores formulam algumas críticas. A primeira é em relação aos bens e mercadorias, que só podem ser valorizados se realmente contribuírem para o bem-estar dos indivíduos, pois esses bens podem ser benéficos para uns indivíduos e prejudiciais para outros, como também pode melhorar bastante o bem-estar de uns, mas para outros nem tanto. Os autores também alegam a necessidade de análises sobre as diferenças culturais e no plano psicológico, ou seja, verificar como esses aspectos podem influenciar nas atitudes e comportamentos.

Ainda na visão desses autores em relação ao último aspecto, as capacidades e efetividades/funcionamentos, analisaram o bem-estar, a qualidade de vida e o padrão da vida humana em consonância com o crescimento e o desenvolvimento econômico. Tal abordagem enfocou o bem-estar humano a partir das noções: 1) da capacidade e 2) da efetividade (NUSSBAUN; SEN, 1993). Esta última noção de raízes distintas das aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter, já a capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela.

Após explanação do que é um bem, pode-se agora compreender a evolução dos conceitos: bem-estar, bem-estar social e Qualidade de vida.

Dessa forma, observa-se que as obras dos economistas clássicos anteriores à Arthur Cecil Pigou identificavam a ciência econômica como a ciência da Acumulação de Riqueza, mas esse economista identificou a Economia, em sua obra *Economics of Welfare*, com a maximização da renda, integrando ao conceito do tamanho da renda nacional as questões de sua distribuição e estabilidade. Numa perspectiva crítica argumentou que o sistema de liberdade (ajuste automático pelas forças de mercado) não pressupunha a maximização da riqueza ou do Bem Estar *Welfare* da sociedade e que uma má distribuição da renda afetaria grandes porções da população.

O Bem-Estar para este economista é uma noção complexa, que além de se preocupar com as determinantes que afetam a estimativa do tamanho da riqueza, há outros componentes não econômicos ou em decorrência da atividade econômica, tais como o estado de consciência sobre o bem-estar. Todavia o autor assinala os obstáculos para alcançar o bem-estar social estar vinculado à desigual distribuição, o que cria barreiras de acesso (PIGOU, 2013). Na sua obra ele discutiu a importância do apoio governamental para pessoas de classe sociais mais baixas e o impacto disso sobre suas vidas e sobre o orçamento do Estado.

No entanto, assim como Pigou, outros economistas abordaram o tema, entretanto, relegando o conceito simplesmente a termos econômicos. Porém, com o passar do tempo, esse conceito foi desenvolvido em outra proporção, Forton (1974), já tece algumas críticas sobre esse aspecto, pois ele afirma que o bem-estar não pode ser limitado a uma grandeza mensurável, pois abrange outras grandezas além de renda, que podem ser históricas, culturais, sociais, etc. Nesse sentido, a partir dessa nova concepção sobre bem estar, em 1978 na Conferência do *International Council of Social Welfare*, apresentou-se os seguintes elementos que integra o tema como: bem-estar fisiológico e material, através da satisfação das necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário, etc.); segurança em todos os seus aspectos; saber; as possibilidades de comunicação humana (amizade, amor, inserção na vida em comunidade); a liberdade de circulação, de expressão e liberdade-autonomia nas diversas atividades; trato com respeito e dignidade, com igualdade e equidade;

Nessa perspectiva, observa-se que esse conceito de bem-estar vai além de aspectos restritamente quantitativos, como renda, mas também às questões subjetivas das realizações individuais de cada ser humano, assim como afirma Amartya Sen, ao abordar o conceito de bem-estar, permeado entre duas esferas: ao aspecto do bem-estar e ao aspecto da condição de agente do bem-estar. O autor diz que:

O primeiro abrange as realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo (SEN, 2000, p.74).

Nogueira (2002) aponta que o termo bem-estar social aparece no final da década de 1940 e início dos anos 1950, pois nessa época a preocupação dos acadêmicos e políticos passava a ser a questão da vinculação do homem ao ambiente social. Nessa perspectiva, começa-se a perceber que o bem-estar não pode ser alcançado unicamente como condição individual, mas também social e dependente de uma intervenção do Estado. Por isso, o bem-estar social de forma global passa ser um objetivo e uma política a ser conduzida pelo Estado, no contexto desta época.

A conjuntura deriva-se de alguns aspectos históricos, como por exemplo, as consequências da Revolução Industrial que provocou diversas revoltas ao longo do século XIX, aumentando assim, a pressão social e a demanda por melhores condições de vida. Entretanto, as mudanças em termos sociais ainda eram mínimas. Sendo assim, foi apenas com a Grande Depressão que o economista inglês John Maynard Keynes fez proposições que contrariavam o liberalismo, o principal modelo econômico da época. Keynes criticou o modelo e propôs a crescente presença do Estado na economia, com o intuito de buscar o pleno emprego e elevar o bem-estar social, criando assim, a teoria keynesiana.

Essa teoria foi responsável pela disseminação, em vários países, de políticas que tinham como objetivo elevar o nível de bem-estar da população, ampliando o nível de discussão em termos do papel do Estado na busca pelo emprego pleno e do bem-estar social. As ideias de Keynes, acompanhado pelos períodos do *New Deal* e do período pós II Guerra Mundial (1939-1945), que por sua vez trouxe um contexto de grande acirramento da desigualdade econômica e social, foi um marco essencial na adoção do Estado de bem-estar social (*Welfare State*). Mesmo sendo baseado na propriedade privada, o Estado apresentava um papel essencial na condução de políticas públicas e sociais.

Dessa forma, Gomes (2006) aponta que o Estado do bem-estar social surge como um propósito de implementar programas e ações os quais tinham como objetivo promover de forma ampla os interesses sociais dos indivíduos.

O Estado do Bem-Estar torna-se compreendido como um conjunto de serviços e benefícios sociais, de caráter universal, desenvolvido pelo Estado com o objetivo de promover uma relação “equilibrada”, entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, para que a sociedade possa usufruir de benefícios sociais. Dessa maneira, tenta-se garantir o mínimo de base material para a população e níveis de padrão de vida, no intuito de ter condições para enfrentar os efeitos da natureza desigual e excludente do capitalismo. O Estado do Bem-Estar se consolidou inicialmente nos países desenvolvidos como EUA e alguns da Europa (GOMES, 2006).

O surgimento do bem-estar social e a sua promoção passam a ser o enfoque das agendas públicas dos Estados Nacionais e Organismos Multilaterais, visto que, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), inicialmente composta por 51 países, como objetivo de melhorar os níveis de bem-estar ou qualidade de vida, além disso, contribuir para elevação do nível de desenvolvimento das sociedades. A ONU desde a sua criação preocupa-se em desenvolver:

[...] o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor (OLIVEIRA, 2002, p.4).

Em 1946 por iniciativa da ONU elaborou-se o conceito de bem-estar social construído pela Organização Mundial da Saúde (OMS), qual aponta que desfrutar de um nível de vida elevado é um direito básico, sem nenhum tipo de distinção, tais como: econômica, social, racial, etc.

Desse modo, tanto as organizações nacionais como as internacionais, tendo em vista a ONU e a Organização Europeia para Cooperação Econômica (OCDE), passaram a considerar o bem-estar social além da perspectiva econômica, acentuando, sobretudo, o enfoque no bem-estar individual e comunitário, na autonomia e nos componentes de autorrealização (NOGUEIRA, 2002)

A partir desse prisma, a ONU começou a formular uma equipe de pesquisa, a qual pudesse estudar o tema, no intuito de descobrir métodos mais indicados para avaliar e comparar os níveis e padrões de vida, a fim de substituir o PNB, por averiguar que esse não era insuficiente para avaliação das questões sociais (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, percebe-se que a ideia de bem-estar social adquire um sentido vinculante entre o bem-estar individual e as instituições estatais, acompanhado pelo desenvolvimento da sociedade.

A partir do panorama exposto, observa-se que noção inicial do bem-estar estava vinculada à questão da renda, porém a partir da criação da ONU, a renda passa ser um dos aspectos que compreende o bem-estar do indivíduo. O termo bem-estar social permeia exatamente essas questões do bem-estar, porém com um dos objetivos e política a serem efetivadas pelo Estado, principalmente no que abrange a época do Estado do Bem-Estar Social. Dessa forma, como o termo qualidade de vida surge nesse contexto? E o que ela apresenta de diferente em relação às primeiras definições?

A questão do termo ‘qualidade de vida’ vem sendo utilizado nas três últimas décadas e sua origem está fundamentada na incorporação da crítica das questões ambientais; a contaminação ambiental deteriora as condições de vida, esse contexto é devido ao processo pujante da industrialização, que se caracterizou de forma invasiva e predadora.

Outro aspecto é que em 1960, a ideia que crescimento econômico era o ideal para promover a riqueza, progresso, e bem-estar à sociedade, começou a decair, pois se observava, de forma conceitual, que desenvolvimento não é igual a crescimento, então se começa a se estudar novos padrões e conceitos sobre o desenvolvimento econômico e social. Nesse prisma, o conceito de qualidade de vida se desenvolve, ou seja, acompanhado pelo ideal de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002).

Assim, a inclusão da temática da qualidade de vida nas agendas políticas, principalmente a partir da década desta década, deve-se, sobretudo, a influência da ONU, pois foi a partir desse órgão que se deu o início aos estudos de forma sistematizada a respeito das medidas quantitativas em que apresentassem os aspectos sociais e o desenvolvimento da sociedade. Porque, até os anos 1960, o único parâmetro para determinar e analisar crescimento econômico das sociedades era através da evolução do PIB, porém, este como por ser estritamente econômico não contemplava diversos fatores que são fundamentais para analisar o desenvolvimento de uma sociedade. Tal parâmetro era incapaz promover qualidade de vida para os indivíduos, aliás, o que se notava era o aumento da desigualdade. Além disso, devido ao intenso processo de industrialização da época, assistiu-se, ainda, a aceleração da deterioração ambiental. Esse contexto contribuiu para fomentar as discussões e interesse da época sobre o nível de vida população.

Em 1964, percebe-se a primeira vez que é utilizado o termo “qualidade de vida” pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, ao abordar sobre os índices desenvolvimento, ao

afirmar que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (GUIMARÃES, 2005, p. 4).

Segundo Albuquerque (2003) a qualidade de vida é uma expressão recente, qual vem sendo muito discutida nos últimos 25 anos, essa expressão não deriva do contexto acadêmico, mas se popularizou devido aos debates proposto pela problemática do meio ambiente. O autor, baseado nas ideias de Mopu (1979), afirma que a QV se relaciona aos problemas ambientais e condições de vida, ambos causados pelo crescimento desordenado e a industrialização em massa.

A origem da expressão “Qualidade de Vida” provém do fenômeno da consciência das consequências indesejadas provocadas pelo desenvolvimento econômico e a industrialização incontrolada. Contra a ideologia desenvolvimentista do e expansionista, se esboça um novo modelo, no qual se revaloriza o “qualitativo” frente ao “quantitativo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 42).

Observa-se, nessa concepção, que o conceito de desenvolvido não pode ser apenas observado pelos parâmetros quantitativos como PNB, mas em termos também de melhoria da qualidade de vida para a população.

Guimarães (2005) observa que a partir da década de 70 foi possível observar quadros, formulários, tabelas, entre outros, os quais tinham como foco mensurar a qualidade de vida, em que foram identificados aspectos de ordem objetiva alicerçando parâmetros subjetivos, a exemplo da capacidade de consumo e sentimentos de bem-estar, reconhecimento do status social, ou autorrealização. Em seguida, o conceito agrupou também outras questões, como por exemplo, assuntos referentes às condições de saúde física e mental dos indivíduos, tais como o aumento da longevidade.

O autor ainda contextualiza que vários desses aspectos eram advindos de dados e fontes oficiais, de caráter universal, entretanto, várias críticas foram feitas nesse cenário, pois essas fontes não englobavam aspectos internos, bem como fatores psicológicos dos indivíduos, suas percepções, interpretações e representações, pois se verifica que esses são essenciais para analisar a qualidade de vida.

Em meados da década de 70, começaram a surgir muitos trabalhos acerca do tema QV procurando explorar os conceitos que o envolve. Dentro dessa perspectiva, na década de 80, foi possível perceber a emergência de estudos que tinham como foco os aspectos subjetivos, qualitativos e apreciativos, que se fundamentavam na percepção dos indivíduos e dos grupos (GUIMARÃES, 2005).

A partir desse contexto, o conceito de Qualidade de Vida começa a incorporar-se à outras perspectivas, tais como: econômica, social, psicológica, cultural e ambiental. É, nesta conjuntura que, em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elabora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o objetivo de capturar os aspectos sociais (SILVA, 2015).

Este índice será abordado de forma mais ampla nos tópicos a seguir. Nesse sentido, existem várias abordagens, conceitos e metodologias sobre a QV, as quais serão os seguintes focos de análise.

3.1 Conceitos e Definições da QV

É corriqueiro encontrar em pesquisas científicas abordagens e critérios diferentes para definir a qualidade de vida (QV), e essa diversidade está atrelada a uma gama de aspectos correlacionados ao grau de desenvolvimento da sociedade, já que este evoluiu com o passar do tempo e assim influenciou no conceito e mensuração da QV. Atualmente, existe uma crescente preocupação dos gestores em melhorar as condições de vida da população, dessa forma, é muito comum encontrar políticas, programas governamentais e ações de forma geral que promovam a QV. Porém, antigamente o conceito de QV estava muito relacionado com a área da saúde, e muitos autores ainda defendem essas ideias, no entanto, existe outra vertente mais especializada, em que a questão da saúde é apenas um aspecto que compreende o tema.

Devido ao termo ser utilizado por diversas áreas do conhecimento (ciências humanas, sociologia) é comum a falta de um consenso conceitual, e a definição do tema pode se apresentar tanto de forma global, priorizando os aspectos de satisfação geral com a vida, como dividida em componentes, que em conjunto indicariam uma aproximação do conceito geral (PEREIRA et al, 2012).

Pereira et al (2012, p.1) afirma que a “qualidade de vida se apresenta como uma temática de difícil compreensão e necessita de certas delimitações que possibilitem sua operacionalização em análises científicas”. Dessa forma, denota a complexidade do tema, pois este está relacionado não somente a aspectos globais, os quais podem ser medidos ou quantificados, como renda, habitação ou escolaridade, mas a aspectos ligados a percepção de cada indivíduo, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Torna-se nesse contexto que a complexidade do conceito se encontra, ou seja, na subjetividade que o mesmo apresenta, e como esta é difícil de ser mensurada.

Diante desse cenário, muitos os estudos se limitam apenas nas descrições dos indicadores, sem fazer as devidas relações como tema qualidade de vida em seu contexto mais amplo, dessa forma, tal posicionamento se constitui em uma limitação, pois não adianta analisar escolaridade, moradia, doenças, em termos quantitativos, se não investigar o objetivo disso para as pessoas envolvidas e como realmente se encontra a satisfação dos indivíduos em relação a esses aspectos.

A ONU relaciona o conceito de qualidade de vida através da satisfação do cidadão no que tange ao acesso à alimentação, aos serviços de saúde e seguro de vida, ao conhecimento, às boas condições de trabalho, à segurança contra o crime e contra a violência física, ao lazer e à participação

nas atividades econômicas, culturais e políticas. Dessa maneira, QV torna-se compreendida como um bem imprescindível para a satisfação das necessidades individuais e coletivas. (FERREIRA, 1995).

Santos e Martins (2002, p.5) afirmam que a qualidade de vida pode ser equacionada em três campos de análise, sendo:

1. Distinção entre os aspectos materiais e imateriais: as questões materiais dizem respeito às necessidades básicas para a vida humana como habitação, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, alimentação, serviços de saúde, dentre outros. Já os aspectos imateriais estão ligados às questões do ambiente, ao patrimônio cultural e ao bem-estar.
2. Distinção entre aspectos individuais e coletivos: os aspectos individuais estão mais relacionados com as condições econômicas, relacionamento familiar, círculo de amizades, dentre outros. Já os aspectos coletivos estão relacionados com os serviços básicos e serviços públicos.
3. Distinção entre aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida: os aspectos objetivos seriam compreendidos a partir da definição de indicadores de natureza quantitativa. Já os aspectos subjetivos estão relacionados com a visão subjetiva que a pessoa ou grupo de pessoas tem sobre a qualidade de vida.

Ainda sobre esse aspecto, os autores concluem que os três âmbitos de estudo sobre qualidade de vida não são mutuamente excludentes e que, muitas vezes, os pesquisadores trabalham com interdependência. O primeiro âmbito seria mais facilmente observado por meio de indicadores quantitativos, o segundo é a percepção individual que cada um apresenta acerca da qualidade de vida, e essa difere de pessoa para pessoa, pois é a percepção sobre o meio, as condições e relações do seu contexto social. Já o último, os indicadores de qualidade de vida, têm diferentes interpretações, o mesmo indicador pode ser percebido de forma distinta por estratos socioeconômicos diferentes.

Moreira (2004) ao abordar o conceito de qualidade de vida, se reafirma tanto nos aspectos sociais e históricos. O termo qualidade de vida não pode apenas ser definido ou pautado somente utilizando aspectos quantitativos (renda, moradia, nível de instrução), mas também a fatores subjetivos, pois este se pauta na percepção de que cada um considera como melhor ou pior. Nesse sentido, essa subjetividade está atrelada a condição social de cada indivíduo, por exemplo, um trabalhador rural apresenta percepções, aspirações, projetos diferentes de um alto executivo. Além disso, a definição vai depender também da história e o grau de desenvolvimento da sociedade como um todo.

É comum existir inúmeras definições sobre o tema, o que dificulta um consenso conceitual que seja amplamente aceito, pois o que se percebe é que o tema qualidade de vida não inclui apenas fatores relacionados a questões básicas como saúde, emprego, educação, etc, mas a percepção, a relação entre família, amigos, trabalho e governo.

Renwick e Brown (1996) definem a qualidade de vida pelos aspectos de poder aproveitar as possibilidades da vida, de escolher, de decidir e ter controle de sua vida. Os autores definem alguns componentes do QV como: ser, pertencer e tornar-se. Nessa perspectiva, o “ser” refere-se a aspectos como: alimentação, aptidão física, habilidades individuais, inteligência, valores, experiências de vida, entre outros. Já a questão do “pertencer” refere as relações interpessoais no meio em que os indivíduos convivem, participações em grupos e inclusões em programas recreativos e serviços sociais. O “tornar-se” compreende aspectos de desenvolvimento de habilidades, estudos formais ou não, etc.,

Uma importante contribuição para o debate atual e conceituação sobre a QV foi dada pelo economista indiano Amartya Sen em conjunto com a filósofa Martha Nussbaum. Ambos contribuíram primeiramente com a definição do conceito de desenvolvimento, principalmente nos aspectos valorativos do mesmo, pois os autores afirmam que o conceito de desenvolvimento está inerentemente impregnado de valor no sentido de quem produz aspectos para avaliar o que conta com uma boa mudança social, o que permite a “realização” de uma vida melhor para os indivíduos.

Ainda sob a ótica dos autores, estes analisaram as diferentes concepções de desenvolvimento e seus componentes valorativos, tais como crescimento econômico ou aumento do PIB. Sobre esse aspecto os autores afirmam que esses são somente meios, e às vezes não muito bons para algo diverso. Esse “algo diverso” refere-se ao “bem-estar”, “qualidade de vida” e ao “padrão de vida” dos indivíduos.

Nesse sentido, observa-se como autores, a partir dos estudos acerca do desenvolvimento, inserem a noção de qualidade de vida como um objetivo do desenvolvimento. A questão da QV abordada pelos autores relaciona-se com a questão das capacidades humanas, pois estas, quando desenvolvidas, permitem que o indivíduo tenha liberdade para fazer suas escolhas (NUSSBAUM; SEN, 1993).

Assim, Sen e Nussban definem qualidade de vida a partir do conceito capacitação, e também funcionalidade. O primeiro refere-se às habilidades, ou seja, o que cada pessoa é apta a fazer ou ser, e as funcionalidades são um conjunto de várias coisas que podem ser feitas. Assim, entende-se que:

[...] a capacitação reflete, em cada pessoa, as combinações alternativas de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Desta forma, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) e as que envolvem autorrespeito e integração social (tomar parte da vida da comunidade). A capacitação de uma pessoa dependerá de um conjunto de fatores, incluindo-se aí características de personalidade, mas, principalmente, de arranjos sociais; a intenção de Sen, com o uso do termo capacitação, é a de enfatizar a análise política e social das privações (NUSSBAUM&SEN, 1993).

Portanto, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacidade em obter certos funcionamentos. Porém, os autores alertam para um aspecto, a questão do delineamento dos funcionamentos, estes devem ser analisados cuidadosamente, pois existem diferenças a depender do nível de desenvolvimento e cultura do espaço analisados. Em certas localidades, os funcionamentos elementares podem ter uma lista muito mais extensa do que outros.

Nesse sentido, observa-se que a QV não deve ser entendida ou avaliada através de um simples conjunto de bens e serviços, mas sim no que cada um é capaz de ser por meio das oportunidades efetivas que dispõem, levando-se em consideração o aspecto histórico, cultural e desenvolvimento. Abaixo, um quadro explicativo dos principais parâmetros que contribuíram na evolução do conceito sobre qualidade de vida:

Quadro 1: Evolução do conceito de QV

Qualidade de vida Relacionada a:	Definição	Período
Concepção de bens e mercadorias	O bem-estar e o desenvolvimento inicialmente pautados somente por aspectos quantitativos como: Renda, PIB e o crescimento econômico (bens e serviços).	1940
À visão das necessidades básicas (ONU)	A qualidade de vida associada à satisfação dos indivíduos acerca das necessidades básicas como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc.,	1970 a 80
Subjetividade e Percepções	Análise da qualidade de vida por meio de aspectos de ordem objetiva alicerçando parâmetros subjetivos, a exemplo da capacidade de consumo e sentimentos de bem-estar, reconhecimento do status social, ou auto realização. Ou seja, a percepção do indivíduo em relação ao meio em que vive.	1980

Fonte: elaboração própria

Observa-se como conceito de QV evoluiu com o passar do tempo, e como este apresenta inúmeras definições, as quais dificultam o consenso conceitual sobre o tema, e tal dificuldade também aparece em sua mensuração, dessa forma, o próximo tópico abordará as várias metodologias existentes sobre a QV

3.2 Métodos de mensuração da qualidade de vida

Nas últimas décadas, foi possível observar a quantidade de pesquisas, estudos levantados por órgãos multilaterais/nacionais, meio acadêmico e gestores públicos sobre o desenvolvimento de conceitos, metodologias e indicadores para analisar a qualidade de vida da população (AZEVEDO et al, 2004).

Segundo Herculano (2000, p. 5) a avaliação ou mensuração da QV vem sendo feitas por meios de duas vertentes: a primeira diz respeito sobre os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um determinado grupo de satisfazer suas necessidades. Dentro desse campo de visão serão observados, por exemplo, aspectos como: as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos etc.; ou seja, análise de um determinado fator somente pelos componentes em tese que o compõe.

A segunda vertente refere-se mensurar a qualidade de vida através das necessidades por meio da satisfação e dos patamares dos desejos. Essa concepção avalia a QV pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, “pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados” (HERCULANO, 2000, p.5).

Segundo Ülengin et al (2001) tanto como não existe um consenso conceitual sobre a QV, o mesmo ocorre com os parâmetros de mensuração, mesmo que estes em sua maioria abordem aspectos parecidos como educação e renda. Observa-se também a presença de elementos subjetivos, imateriais e pessoais que são de difícil medição, pois a QV está relacionado com a percepção que cada indivíduo tem sobre sua vida e meio em que convive. Dessa forma, surge o seguinte questionamento, como fazer então a mensuração da qualidade de vida? A Forattini (1991, apud SILVEIRA, 2014, p.7) responde a esse questionamento quando afirma que:

[...] é obvio que a qualidade de vida da população, como um todo, somente poderá ser avaliada mediante o uso de indicadores concretos. Neste particular, poderá ocorrer discordância em relação aos resultados obtidos com os abstratos. No entanto, é a estrutura social, em seu sistema de classes, que determina a qualidade de vida coletiva, como resultante das condições do meio que se desenvolvem nessa sociedade.

Diante desta afirmação, observa-se que não há outro meio para a mensuração e avaliação da QV senão a partir do uso de indicadores sociais relacionados a aspectos reais (SILVEIRA, 2014).

Nesse contexto, ao reporta-se sobre a temática do desenvolvimento esses seus aspectos históricos, observa-se a ineficiência de mensurá-lo através do PIB, somente, em 1990 que a ONU levando em consideração o caráter restritivo desse parâmetro desenvolve o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), este é o mais difundido e o mais utilizado. Segundo a PNUD (2012), o IDH foi elaborado por Mahbubul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, este índice apesar de ampliar o conceito de desenvolvimento humano, ainda não abrange todo o conceito acerca desse tema, pois não contempla questões mais subjetivas tais como: "felicidade", nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver", democracia, participação, equidade e sustentabilidade.

Desde 2010, novas metodologias foram inseridas para calcular o IDH e atualmente este se baseia em três âmbitos: educação, renda e saúde, os quais são mensurados a partir de:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2012).

O IDH é uma referência mundial, e tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Este, por sua vez, é um ajuste e desdobramento do IDH geral, foi publicado pela primeira em 1998 e compreende três dimensões: longevidade, educação e renda (PNUD, 2012). Esse índice inspirou a criação de outros métodos, tais como: o índice de Condições de Vida (ICV), o qual foi elaborado pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, com intuito de averiguar a situação de municípios mineiros, sendo logo depois adequado em consórcio com o IPEA, o IBGE e o PNUD para a análise dos municípios brasileiros. O ICV é composto por 20 indicadores distribuídos em 5 dimensões, tais como: renda, educação, infância, habitação e longevidade.

No entanto assim como IDH, o ICV refere-se somente a aspectos objetivos, e a qualidade de vida vai muito, além disso, pois esta se encontra relacionada a subjetividade. Assim, em 1999 o Jornal Folha de S. Paulo criou o Índice de Qualidade de Vida (IQV), o qual tinha como foco avaliar nove fatores, tais como: trabalho, segurança, moradia, serviços de saúde, dinheiro, estudo, qualidade do ar, lazer e serviços de transporte. Esse conjunto de fatores seria analisado a partir do ponto de vista de cada indivíduo, ou seja, a população entrevistada iria classificar entre os parâmetros de: satisfatório, insatisfatório e péssimo, em um intervalo de 0 a 10 (MINAYO et al, 2000).

Desde então, Segundo Nahas (2002) percebe-se o desenvolvimento de diversas ações semelhantes para avaliação das condições e/ou a qualidade de vida, seja em estados, distritos ou municípios. Tal cenário também se expandiu para outras regiões brasileiras, determinando o surgimento de vários indicadores, os quais sempre foram agregados em índices para o nível ou a qualidade de vida de populações no meio urbano. Esses, em sua maioria analisaram, ao menos, fatores como: saúde, educação e renda da população; e alguns ainda buscaram dimensionar o acesso ao saneamento básico, habitação, transporte e a diversos outros serviços e recursos urbanos.

Esses indicadores destinaram-se a analisar o contexto intraurbano, não mais a cidade como um todo, mas sim as desigualdades sociais e espaciais existentes no próprio interior do município. Tal concepção é de extrema importância, principalmente no que tange as grandes metrópoles e cidades, que apresentam desigualdades em múltiplos aspectos que o IDH-M não consegue perceber.

Esses indicadores são de extrema importância para ajudar na formulação de políticas públicas que possam sanar ou reduzir essas desigualdades. No Brasil, os principais exemplos são os índices elaborados ao longo da década de 90 para Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo) e Belo Horizonte (Minas Gerais) (NAHAS, 2002).

O Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV) foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 1996), em Curitiba. Esse índice georreferenciou setenta e cinco bairros da cidade e teve como objetivo mostrar e hierarquizar os bairros onde a população apresenta mais acesso a certos “Grupos de Necessidades” sociais tais como: habitação, Saúde, Educação e Transporte (quadro 3). Esse índice torna-se importante, pois consegue visualizar o conjunto de carências de cada bairro, o qual pode ser utilizado como base para o planejamento urbano e para a melhoria da QV nesse espaço (NAHAS, 2002).

Em São Paulo foi elaborado o Índice de Exclusão Social (IEx), que produziu um Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade definindo noventa e seis distritos administrativos da cidade. O IEx tinha como foco identificar o quanto a população se encontrava excluída do acesso de quatro dimensões: Autonomia, Desenvolvimento Humano, Qualidade de Vida e Equidade.

Já na experiência do Estado Mineiro, em Belo Horizonte, foi elaborado um conjunto de indicadores compreendido pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que georreferenciou oitenta Unidades de Planejamento (UP) da cidade. Esse último foi Desenvolvido pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte juntamente com uma equipe de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (NAHAS, 2002). O IQVU, por sua vez, é composto por setenta e cinco indicadores os quais se referem a fatores como: Abastecimento Alimentar, Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura, Saúde, Segurança Urbana e Serviços Urbanos.

Entretanto, Cardoso e Ribeiro (2015) elaboraram um estudo que buscou construir um Índice Relativo de Qualidade de Vida (IRQV) para os municípios mineiros utilizando dados para o ano de 2010. O objetivo era hierarquizar os índices e analisar o quanto que um município é mais desenvolvido do que outro de acordo com o nível de qualidade de vida. Para esse estudo, foram selecionados 21 variáveis que contemplavam as seguintes dimensões: saúde, renda, educação, habitação e acesso a bens e serviços, segurança pública, vulnerabilidade e cultura, esporte e lazer.

Além desses indicadores citados acima, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) - Observatório das Metrópoles criou o Índice de Bem-estar Urbano (IBEU), lançado em 2013, este índice procura avaliar o bem-estar dos cidadãos das áreas urbanas por meio da análise de indicadores de mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana, para os 15 grandes aglomerados urbanos, que o INCT identificou como metrópoles brasileiras (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

Outro indicador criado a nível regional foi o de Araújo (2013) para o município de Natal/ RN, em que a autora constitui por meio de índices os níveis de qualidade de vida de todos os bairros de Natal. Para esse estudo, foram consideradas as seguintes variáveis: infraestrutura ambiental urbana, equipamentos urbanos e serviços, que se refere a disponibilidade de alguns serviços nos bairros, a socioeconômica, que aborda características sociais e econômicas da população em estudo e, por último, a segurança. O que é importante observar pela análise das experiências brasileiras focaram a questão da qualidade de vida urbana, não retratando o rural, apesar da maioria da população brasileira se concentrar nas cidades é preciso observar o rural, já que esse tendem a apresentar uma menor qualidade de vida devido à dificuldade de acesso a serviços básicos.

A nível internacional, um estudo de caso feito para calcular o Índice de Qualidade de Vida com base em dados quantitativos de 43 países, esse estudo foi realizado por Rahman, Mittelhammer e Wandschneider, em 2005, este tem como foco analisar a QV por meio de oito domínios: o primeiro deles refere-se ao relacionamento com amigos, esse domínio focaliza a questão sobre a satisfação familiar; bem-estar emocional, partindo da premissa que o bem-estar individual não depende apenas da sua renda e consumo, mas também pela sua saúde emocional; a questão da saúde; bem-estar material; sentir-se parte de uma comunidade local e da sociedade; questões de trabalho e atividade produtiva; segurança pessoal, pois é indispensável para o bem-estar individual; qualidade do ambiente. O objetivo desse trabalho é comparar e analisar as condições de vida em diversos países com intuito de facilitar as descobertas dos problemas sociais (RAHMAN; MITTELHAMMER; WANDSCHNEIDER, 2005).

Ainda no cenário internacional, a OECD, em 2009, apresentou um relatório intitulado “como vai a vida? ”, que tinha como propósito avaliar a qualidade de vida partindo do conceito multidimensional. Nesse relatório, foram analisados aspectos objetivos e subjetivos, os quais

permitissem o estudo da QV nos aspectos ambientais, sociais e econômicos de uma forma mais ampla. Nesse sentido, os domínios analisados foram: saúde, equilíbrio entre vida e trabalho, educação, conexões sociais, segurança pessoal, engajamento cívico e de governança, meio ambiente e bem-estar subjetivo (KÖRREVESKI, 2009).

A partir da análise de todas as metodologias apresentadas acima, é possível perceber que os índices de QV apresentam variáveis semelhantes, tanto a nível nacional como internacional. Entretanto, ao observar o nível internacional, percebe-se que esses não consideram aspectos da infraestrutura e condições habitacionais urbanas. Tal aspecto é explicado pelo ideal de desenvolvimento, pois enquanto os índices brasileiros reportam-se a uma sociedade em desenvolvimento, os internacionais observam aspectos da QV em países desenvolvidos.

Segundo Surbhi (2015), os países desenvolvidos são conhecidos como de primeiro mundo, em que apresentam um alto padrão de vida, PIB, IDH próximo a 1, excelentes condições de infraestrutura, saúde, educação, transporte, habitações, etc., enquanto os países em desenvolvimento ainda não apresentam tais aspectos, ao contrário, torna-se marcada por um contexto de profundas desigualdades socioespaciais, em que população ainda não desfruta de melhores condições de vida em termos de equipamentos básicos de infraestrutura e serviços urbanos.

4. A QUESTÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE

Teixeira (2002) aborda que as políticas públicas têm como objetivo responder as demandas, principalmente nas camadas mais marginalizadas ou vulneráveis da sociedade. Essas demandas são criadas pela sociedade civil por meio de uma mobilização social, e são interpretadas pelos gestores públicos. As políticas públicas podem surgir com várias finalidades como: ampliar e efetivar direitos de cidadania; promover o desenvolvimento, por meio da criação de emprego e renda; administrar conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, apresentam diferenças de interesses que necessitam de mediação, entre outros. De uma forma geral, os objetivos perseguidos por uma política pública apresentam uma referência valorativa e mostra a visão e demandas da sociedade por aqueles que estão no poder.

Nesse sentido, partindo do pressuposto que a qualidade de vida é um conjunto de condições que promovem o bem-estar, tanto de forma individual quanto coletiva, e esse bem-estar é garantido por lei, pois a Constituição Federal de 1988 garante que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e assim, como objetivo o bem-estar e a justiça social, para a sua população. Sendo assim, nessa definição, cabe ao Estado promover bem-estar social, portanto, trata-se de uma questão pública e coletiva.

Tonon (2010) aborda que as políticas públicas devem ser criadas com o objetivo de garantir a qualidade de vida da população, já que a QV envolve o desenvolvimento de cada indivíduo tanto de forma subjetiva, mas também na comunidade a que pertence. No entanto, essa autora faz uma ressalva, diante dos indicadores que são habitualmente utilizados para avaliar a QV de uma sociedade, será que estes realmente são capazes de construir diagnósticos concisos para nortear a questão pública? Já que estes em sua grande maioria, como foi observado no item anterior, analisam apenas a questão quantitativa e deixam de lado o aspecto subjetivo, e dado a natureza da QV, a qual apresenta uma abordagem multidimensional e agrega essas duas questões no seu conceito, tal questionamento apresenta-se de forma significativa nesse debate.

Entretanto, os indicadores e índices demonstram a questão das condições sociais de uma determinada sociedade, e são técnicas de monitoramento para a questão pública, como aponta Herculano (2000, p. 10) ao abordar sobre a importância da criação de indicadores e índices mensuráveis “pois, pelos processos de quantificação e simplificação da informação, informam/formam a opinião pública, teoricamente de importância vital em sistemas democráticos”. Assim, não somente mostra ao público quanto a eficácia ou não das políticas públicas, como também pode servir de ferramenta por meio do qual os cidadãos cobrem do poder público ações interventoras. Nesse sentido, esses indicadores tornam-se relevantes no processo de avaliação da gestão municipal. Dessa forma, na visão dessa autora o estudo de indicadores e índices é primordial para a formulação de políticas públicas, porém esses estudos, principalmente no que tange a qualidade de vida, devem ser feitos de forma desagregada, isto é, mesurados através de micro- espaços, como por exemplo, um município ou região.

Ainda na perspectiva da autora, essa ênfase no micro é essencial, pois possibilitaria adotar medidas contra a estratificação espacial, que refletirá na guerra contra a desigualdade socioeconômica. Desta forma, a criação de um Índice de Qualidade de Vida local nortearia políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, além de servir como parâmetro para o público, pois sua análise pode mostrar a eficácia ou não das políticas públicas adotadas, e assim servir como instrumento para que os cidadãos cobrem do poder público ações interventoras. Portanto, esses índices podem servir como base para o processo de avaliação da gestão municipal. Entretanto, tais índices rejeitaria o aspecto subjetivo, a saber, pois segundo a autora, limitaria essa a comparação entre as regiões.

No entanto, tal posicionamento é contrário ao de Tonon (2010), pois esta argumenta que as generalizações por meio de índices para avaliar a QV, ignora o processo histórico, cultural e de desenvolvimento da sociedade, o qual pode camuflar real nível de QV do ambiente estudado. Dessa forma, o bem-estar de uma sociedade deve tanto analisar os aspectos objetivos (quantitativos) através

índices ou indicadores, mas também em conjunto com a questão subjetiva, ou seja, percepção do indivíduo em relação a sua QV.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a compreensão do que seja qualidade de vida é uma temática sobre a qual muitos já se debruçaram, e não existe um consenso conceitual sobre a sua definição, pois esta depende de uma questão histórica, cultural e desenvolvimento. Dessa forma, necessita de várias visões e abordagens para que se chegue a um entendimento mais aprofundado. Este estudo, buscou considerar a questão da qualidade de vida como uma parte integrante do processo de desenvolvimento de uma sociedade, e como essa evoluiu em termos conceituais metodológicos com passar do tempo.

Na primeira parte da discussão – reconstrução do conceito de QV – percebeu-se a importância de compreender a derivação do termo QV a partir da questão do bem; bem-estar e bem-estar social, atentando-se principalmente ao contexto social e histórico de cada pressuposto. Esta reflexão inicial foi importante, pois ajudou no entendimento da noção sobre a qualidade de vida e sua evolução.

Além disso, o estudo procurou sintetizar os vários conceitos e metodologias existentes sobre a qualidade de vida, tanto a nível Brasil como Internacional. A questão da mensuração da QV é primordial para avaliar o nível de vida de uma sociedade, e como pode ser utilizada no campo das políticas públicas. Observa-se que a maioria das metodologias existentes, principalmente a nível Brasil, concentra-se na questão quantitativa, o que não engloba a questão da multidimensionalidade da QV, pois esta como já visto apresenta no seu conceito tanto aspectos objetivos como subjetivos. Isso não significa dizer que, os índices de qualidade de vida não são importantes para avaliação da QV em uma região, pelo contrário, são essenciais, já que estes podem servir de ferramenta de monitoramento tanto para o gestor público como para o cidadão, para que este cobre ações eficazes no provimento de melhoria das condições de vida.

Porém, deve-se tomar cuidado com as generalizações, pois cada sociedade se constitui de forma diferente, ao apresentar culturas e níveis de desenvolvimentos distintos, então, a estratégia mais correta é aliar esses dois parâmetros.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, S. M. R. L, de. **Qualidade de vida do idoso: Assistência Familiar faz diferença?** Casa da Psicóloga Livraria e Editora Ltda., 1ºEd, 2003.

ARAÚJO, C.M.C, **Avaliação do nível de qualidade de vida urbana: um estudo exploratório a partir do fenômeno da expansão urbana e oferta de serviços e recursos urbanos no município do Natal/RN**, 2013. Disponível em:

<<http://www.recursostrais.ufcg.edu.br/pdf/fd7606dd23db085bffd6ecdd6e340c7e.pdf>>. Acesso em 24 set 2016.

ARISTÓTELES. A política. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

AZEVEDO, J.de; et al. **Análise do índice de qualidade de vida de uma bacia ambiental, utilizando uma nova unidade planejamento territorial: ESTUDO DE CASO DA BACIA DO RIO IMBOASSÚ, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ** (Período: 1980 a 2000). Disponível em<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&>>. Acesso em 24 set 2015.

CARDOSO, D; RIBEIRO, L. C. S; **Índice Relativo de Qualidade de Vida para os Municípios de Minas Gerais**, 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/288838159_INDICE_RELATIVO_DE_QUALIDADE_DE_VIDA_PARA_OS_MUNICIPIOS_DE_MINAS_GERAIS>. Acesso em 24 out 2016.

CROCKER, D. **Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaun**. Lua Nova, São Paulo, n.31, p.99-133, 1993.

FEU, R. C. **A noção de qualidade de vida: uma revisão**. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10; 2005. Anais... Universidade de São Paulo. 2005. p. 5154-5169.

FIGUEIREDO, V. D. M; GUIDUGLI, O. S. **População e qualidade de vida urbana em Santa Maria (RS): estudo de caso bairro Urlândia**. In: GERARDI, L. H. O. (Org.) Ambientes: Estudos de Geografia. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP, AGETEC, 2003.

FORTON, R. E; **Indicadores do Bem-Estar Social: seu conteúdo e sua atualização**. Debates Sociais, Rio de Janeiro, v.10, n.18, p. 4, 1974.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GOMES, F. G; **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**, 2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003>. Acesso em 24 set 2015.

GUIMARÃES, S. T. L. **Nas trilhas da qualidade: algumas ideias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida**, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13233>>. Acesso em 01 out 2015.

HERCULANO, S. C; **A qualidade de vida e seus indicadores**, 2000. Disponível em:

<<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/herculano.pdf>>. Acesso em: 01 out 2015.

INCT- Observatório das Metrópoles. **Índice de Bem-estar Urbano- IBEU**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/ibeu_livro.pdf>. Acesso em 01 abr 2016.

KÖRREVESKI, K. **Measuring well-being and quality of life using OECD indicators**, 2009.

Disponível em: <<http://www.oecd.org/std/Measuring%20Well-Being%20and%20Progress%20Brochure.pdf>>. Acesso em 10 out de 2016.

KLUTHCOVSKY, A. G. C.; TAKAYANAGUI, A.A.M, **Qualidade de vida – aspectos conceituais**, 2007. Disponível em:

<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/12.pdf>. Acesso em 26 set 2015

MOREIRA, M. M. S; **Qualidade de Vida: Expressões subjetivas e Histórico-Sociais**, 2004.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n1_marilda.htm>. Acesso em 26 set 2015

MINAYO, M. C. de. S; HARTZ, Z. A. de A; BUSS, P. M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Revista Ciência da Saúde Coletiva, vol.5 n°1, Rio de Janeiro, 2000.

NAHAS, M. I. P; **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica**, 2002. Disponível em:

<<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper51.pdf>>. Acesso em 10 dez 2015.

NOGUEIRA, V. M. R, **Bem-Estar, Bem-Estar Social ou Qualidade de Vida: A Reconstrução De Um Conceito**, 2002.

NUSSBAN, M; SEN, A, **The Quality of Life**, 1993. Disponível em

:<<http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0198287976.001.0001/acprof-9780198287971-chapter-5>>. Acesso em 10 out 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago 2002.

PEREIRA, E. F; TEXEIRA, C. S; SANTOS, A. dos. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação**. Revista brasileira Educação Física e Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun 2012.

RAHMAN,T; MITTELHAMMER,R; WANDSCHNEIDER, P. **Measuring the Quality of Life across Countries**, 2005. Disponível em < <https://www.wider.unu.edu/publication/measuring-quality-life-across-countries>> . Acesso em 20 out 2016.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RENWICK, R; BROWN, I; **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**, 1996. . Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1007/BF00300833>>. Acesso em 20 out 2016.

SANTOS, L. D; MARTINS, I. **A qualidade de vida urbana: o caso da cidade do porto**, 2002.

Disponível em: <<http://wps.fep.up.pt/wps/wp116.pdf>>. Acesso em 24 set 2015.

SCATTOLIN, F. A. A. **Qualidade de vida a evolução do conceito e os instrumentos de medida**, 2006. Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, v.8, n.4, p.1-5.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Mário Sérgio Costa da. **A teoria de amartyasen e o desenvolvimento do conceitode qualidade de vida**. Disponível em:

<http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT08/SESSAO1/03_GT_08.pdf>. Acesso em 26 nov 2015.

SURBHI, S. **Dierence Between Developed Countries and Developing Countries**, 2015.

Disponível em: <<http://study.com/academy/lesson/economic-inequality-differences-in-developed-and-developing-nations.html>>. Acesso em 26 set 2016.

SOUZA, D. M. D; RAMALHO, A. M. C; MOTA, L. A. **O desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas: aproximações entre Amartya Sen e Celso Furtado**. Disponível em <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4805>>. Acesso em 10 mar 2017.

TEXEIRA, E. C; **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**, 2002. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em 10 mar 2017.

TONON, G. **La utilización de indicadores de calidad de vida para la decisión de políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art17.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2017.